



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA

Processo n.º : 13805.012450/96-00  
Recurso n.º : 14.664 - EX OFÍCIO  
Matéria: : CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - EX: DE 1991  
Recorrente : DRJ EM SÃO PAULO - SP.  
Interessada : CLEUSA PRESENTES LTDA. (SUCESSORA DE CLEUSA  
MOURA & CIA. LTDA.)  
Sessão de : 04 de junho de 1998  
Acórdão n.º : 101-92.131

TRIBUTAÇÃO REFLEXA - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL -  
Negado provimento ao recurso de ofício apresentado no  
processo principal - IRPJ -, por uma relação de causa e  
efeito, nega-se, igualmente, provimento ao decorrente.

Recurso de ofício negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de ofício  
interposto pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM SÃO  
PAULO - SP.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de  
Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso de ofício,  
nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

EDISON PEREIRA RODRIGUES  
PRESIDENTE

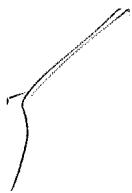
CELSO ALVES FEITOSA  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 20 JUN 1998

Processo n.º : 13805.012450/96-00  
Acórdão n.º : 101-92.131

2

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: JEZER DE OLIVEIRA CÂNDIDO, FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA, KAZUKI SHIOBARA, SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL, RAUL PIMENTEL e SANDRA MARIA FARONI.

A handwritten signature, likely belonging to one of the judges mentioned in the text, is positioned in the lower right area of the page. The signature is written in black ink and is somewhat stylized, with a large, sweeping flourish on the right side.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

3

**PROCESSO N° : 13805/012.450/96-00  
(13805/004.858/93-93)**

**ACÓRDÃO N° : 101-92.131**

**RECURSO N° : 14664**

**RECORRENTE : DRF EM SÃO PAULO**

**RECORRIDA : CLEUSA PRESENTES LTDA.**

**(Sucessora de Cleusa Moura & Cia.)**

**RELATÓRIO**

Foi a Recorrida autuada em tributação reflexa Contribuição Social, assim descrita a imputação referente ao exercício de 1991, *verbis*:

"Lançamento decorrente de fiscalização do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, na qual foi (ram) apurada (s) a (s) infração (ões) abaixo descrita (s), ocasionando, por conseguinte, insuficiência na determinação da base de cálculo desta contribuição.

**LUCRO REAL**

1- Omissão de Receitas  
Saldo Credor de Caixa

Omissão de Receita Operacional caracterizada pela ocorrência de saldo credor de caixa, conforme termo de constatação número 02

Exercício	Valor Tributável	% Multa
91	212.175.701,85	50

2- Omissão de Receitas  
Passivo Fictício

Omissão de Receita Operacional, caracterizada pela manutenção, no passivo, de obrigação já paga e/ou incomprovada, conforme termo de constatação número 01.

Exercício	Valor Tributável	% Multa
91	157.676,93	50

3- Omissão de Receitas  
Pagamentos efetuados com recursos estranhos à contabilidade

Omissão de Receita Operacional, caracterizada pela não contabilização de pagamentos de despesas operacionais, conforme termos de constatação números 01 a 04, referentes a despesas sem comprovações.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**PRIMEIRO CONSELHO DOS CONTRIBUINTES**

4

Exercício	Valor Tributável	% Multa
91	21.761.145,18	50

4- Custos, Despesas Operacionais e Encargos  
Custos, Despesas Operacionais e Encargos não necessários

Valor apurado conforme termo de constatação número 04, despesas indevidas

Exercício	Valor Tributável	% Multa
91	1.105.307,14	50

"

O enquadramento legal está declinado a fls. 12.

A impugnação apresentada pela Recorrida encontra-se a fls. 21/25, com referência à apresentada no processo matriz n. 13805/004.854/93-32 - IRPJ, do qual este é decorrente.

A r. decisão monocrática, a fls. 35/36, assim se manifestou para manter em parte a exigência:

"...

CONSIDERANDO que a ação fiscal do processo matriz foi julgada parcialmente procedente nesta instância, conforme decisão de fls. 29/34;

CONSIDERANDO que a decisão no processo reflexo segue o decidido no processo matriz;

CONSIDERANDO que a exigência do imposto de renda implica a exigência de Contribuição Social, conforme determinam o art. 2º e seus parágrafos, da Lei n. 7.689/88; e,

CONSIDERANDO, que da base de cálculo da Contribuição Social deve-se excluir o seu próprio valor;

CONSIDERANDO tudo o mais que do processo consta, DECIDO tomar conhecimento da impugnação por tempestiva, para no mérito DEFERÍ-LA PARCIALMENTE, determinando o prosseguimento da cobrança do crédito tributário mantido abaixo discriminado.

Deste ato recorro de ofício ao Egrégio Primeiro Conselho de Contribuintes;..."

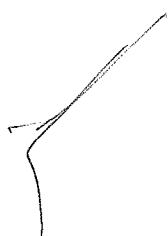
**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

5

A Recorrida, em 06/09/96, foi devidamente intimada da r. decisão monocrática e, em 07/10/96 apresentou o recurso voluntário de fls. 39/59, reiterando, de forma geral, os argumentos expostos na impugnação.

Contra-razões a fls. 63.

É o relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DOS CONTRIBUINTES  
PROCESSO N° : 13805/012.450/96-00 (13805/004.858/93-93)  
ACÓRDÃO N° : 101-92.131**

6

**VOTO**

**CONSELHEIRO, CELSO ALVES FEITOSA - RELATOR**

Recurso de ofício.

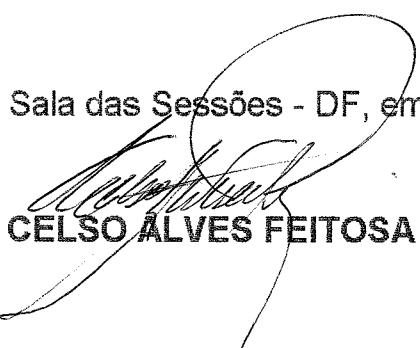
No processo causa, IRPJ, foi negado provimento ao recurso de ofício - ACÓRDÃO n. 101-90.836, de 19/03/97.

Os fundamentos da decisão da autoridade monocrática, no processo reflexo, ficam sujeitos, em regra, em revisão por força do recurso, ao decidido no processo-causa, que no caso afastou a tributação.

Assim, por uma relação de causa e efeito, nego provimento ao recurso de ofício.

É o meu voto.

Sala das Sessões - DF, em 04 de junho de 1998

  
**CELSO ALVES FEITOSA**

bras / aaf

Processo nº : 13805.012450/96-00

Acórdão nº : 101-92.131

INTIMAÇÃO

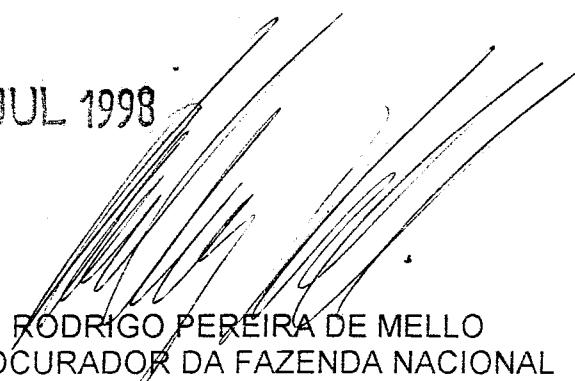
Fica o Senhor Procurador da Fazenda Nacional, credenciado junto a este Conselho de Contribuintes, intimado da decisão consubstanciada no Acórdão supra, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 44, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 55, de 16 de março de 1998 ( D.O.U. de 17.03.98).

Brasília-DF, em 20 JUL 1998

  
EDISON PEREIRA RODRIGUES  
PRESIDENTE

Ciente em 20 JUL 1998



  
RODRIGO PEREIRA DE MELLO  
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL